



Brasília-DF, 29 de junho de 2026



Aniversariantes

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI parabeniza os companheiros pela data especial.

28 de junho
Alexandre Feitosa Stumpf
Funcionário da CTE/CNTI

29 de junho
Pedro Rodrigues dos Santos
Funcionário da CTE/CNTI



Parabéns, Nova Central!



Há 21 anos, a coragem, a unidade e a ousadia deram origem a um novo capítulo na história do movimento sindical brasileiro. Em 28 de junho de 2005, nasceu, em Brasília, a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), fruto da determinação de lideranças sindicais que acreditaram ser possível construir uma central independente, classista, autônoma e comprometida exclusivamente com os interesses da classe trabalhadora, tal como reafirmado em nossos princípios fundadores.

A fundação da NCST representou muito mais que o surgimento de uma nova entidade. Foi a materialização da esperança de milhões de trabalhadores e trabalhadoras que buscavam uma representação forte, democrática e capaz de defender os direitos sociais, o sistema confederativo, a unidade sindical e a valorização da negociação coletiva como instrumentos fundamentais para o fortalecimento das relações de trabalho e da democracia.

Duas décadas depois, seguimos honrando esse legado, fiéis aos princípios que nos guiam: a defesa da paz mundial e da autodeterminação dos povos; a valorização mundial do trabalho; a liberdade e a democracia como eixos permanentes; a consolidação do Estado Democrático de Direito; a luta pela independência e pela soberania nacional, rechaçando projetos entreguistas que ameçam o patrimônio público e a autonomia do Brasil; o combate à pobreza, à exclusão e à injustiça social; a defesa da dignidade da pessoa humana; e a busca por uma sociedade livre, justa e solidária, com pleno emprego e uma economia social baseada na cooperação, em contraposição ao modelo neoliberal, que fragiliza os trabalhadores e aprofunda as desigualdades.

A Nova Central cresceu, consolidou sua atuação em todo o território nacional e continua sendo construída diariamente pelas confederações, federações, sindicatos filiados, por nossas Centrais Estaduais e, principalmente, pelos milhares de dirigentes sindicais que dedicam suas vidas à organização e à defesa dos trabalhadores brasileiros. Essas lideranças, presentes nas categorias profissionais e nos estados, mantêm viva a missão da nossa Central, fortalecendo o diálogo, promovendo a mobilização e transformando as demandas dos trabalhadores em pautas permanentes de luta.

Os desafios mudaram, mas o compromisso permanece o mesmo. Vivemos um período de profundas transformações no mundo do trabalho, que exige união, coragem e capacidade de mobilização. A luta pelo fim da escala 6x1, pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial, pela valorização dos salários, pela geração de empregos de qualidade, pelo fortalecimento da negociação coletiva, pela proteção dos direitos sociais, pelo combate à precarização das relações de trabalho, pela plena autonomia sindical, pela defesa dos servidores públicos e pela construção de um modelo de desenvolvimento que coloque o ser humano no centro das decisões continua sendo uma prioridade para a Nova Central.

Neste ano de 2026, com eleições gerais no Brasil e a soberania nacional em risco, reafirmamos, com ainda mais vigor, nossos princípios. Defender os trabalhadores significa também lutar por um Brasil mais justo, com crescimento econômico sustentado, distribuição de renda, emprego decente, respeito às instituições democráticas e valorização do movimento sindical como protagonista das grandes transformações sociais. Não compactuaremos com retrocessos, com o desmonte do Estado, com privatizações que dilapidam o patrimônio público ou com políticas que submetem o país a interesses estrangeiros. Nossa luta é pela soberania, pela



Brasília-DF, 29 de junho de 2026

independência e pela autodeterminação do povo brasileiro, valores que estão na essência de nossa Carta de Princípios.

Neste aniversário de 21 anos, renovamos nosso compromisso com a unidade da classe trabalhadora. Nenhuma conquista acontece sem organização. Nenhum direito se mantém sem mobilização. E nenhuma Central Sindical se fortalece sem a dedicação das entidades filiadas, das estaduais e dos dirigentes que, todos os dias, fazem da luta sindical uma missão em defesa da justiça social, da dignidade humana e da cidadania plena.

A todos que ajudaram a construir essa trajetória, nosso reconhecimento e nossa gratidão.

Que os próximos anos sejam de novas conquistas, fortalecimento da representação sindical e ampliação dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras, na certeza de que o trabalho é preponderante em relação ao capital e de que a ação sindical é a mais eficaz e avançada forma de luta dos trabalhadores.

Parabéns à Nova Central Sindical de Trabalhadores pelos seus 21 anos de história, unidade e compromisso com o Brasil e com a classe trabalhadora.

Sônia Zerino

Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)



Fonte: NCST

FETIESC promove 1º Seminário sobre Sustentabilidade e Economia Solidária e amplia debate sobre meio ambiente do trabalho

O pioneirismo da federação colocou em debate o meio ambiente do trabalho em tempos de crise ambiental



Mantendo-se na vanguarda do movimento sindical catarinense, a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina (FETIESC) realizou, na manhã desta quarta-feira, dia 24 de junho, o seu 1º Seminário sobre Sustentabilidade e Economia Solidária.

O encontro reuniu dirigentes sindicais de diversas regiões do estado para aprofundar o debate sobre os desafios ambientais da atualidade e seus impactos na vida da classe trabalhadora, colocando em pauta a necessidade de compreender o meio ambiente do trabalho como um direito fundamental e uma nova frente de atuação do movimento sindical.

Com o tema voltado ao meio ambiente do trabalho em tempos de crise ambiental, o seminário buscou provocar reflexões sobre a relação entre modelo de desenvolvimento, exploração dos recursos naturais, mudanças climáticas e a construção de alternativas que garantam trabalho digno e desenvolvimento sustentável.

As discussões foram conduzidas pela Dra. Norma Sueli Padilha, professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que iniciou sua participação resgatando os grandes desafios enfrentados pela humanidade e questionando qual deve ser o papel dos dirigentes sindicais diante da crise ambiental.

Segundo a professora, a sociedade atual vive uma profunda encruzilhada ambiental, resultado de um modelo de exploração que trata a natureza apenas como fonte de recursos. Para ela, a lógica de produção acelerada, baseada no consumo e na transformação constante de bens em mercadorias,

Brasília-DF, 29 de junho de 2026

tem provocado impactos diretos no equilíbrio do planeta e, conseqüentemente, no mundo do trabalho.

“A sociedade de hoje é de consumo e de risco, baseada na natureza como uma grande fornecedora de recursos, retirados cada vez com mais agressividade para aumentar o ritmo da produção. Isso impacta diretamente no mundo do trabalho. Toda essa violência vem sendo feita pelo capitalismo como sinônimo de eficiência: produz-se cada vez mais rápido para transformar em mercadorias, o que acaba destruindo o equilíbrio do planeta e a própria biodiversidade”, explicou.

Ao relacionar a questão ambiental com a atuação sindical, Dra. Norma destacou que a defesa da classe trabalhadora também passa pela defesa de um ambiente saudável e sustentável.

“A luta da resistência está sempre presente na vida de quem olha para o seu povo”, afirmou, reforçando que os sindicatos possuem papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Durante sua apresentação, a professora também abordou os alertas científicos sobre as mudanças climáticas e destacou que os impactos ambientais são consequência direta das ações humanas. Conforme lembrou, relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) apontam que a emissão de gases de efeito estufa tem origem principalmente nas atividades humanas, sendo urgente a adoção de medidas para enfrentar os efeitos da crise climática.

Entre as consequências desse processo estão o aumento dos eventos climáticos extremos, avanço do nível do mar, desastres ambientais mais frequentes e impactos cada vez maiores sobre as condições de vida da população.

Para Padilha, compreender o meio ambiente como um direito fundamental significa reconhecer que não existe saúde, qualidade de vida e dignidade para a classe trabalhadora sem condições adequadas no ambiente de trabalho.

“Se as alterações climáticas são uma consequência da atividade humana, então a maior parte dessa atividade corresponde ao trabalho ou está relacionada com o trabalho”, destacou.

A professora também ressaltou que o conceito de desenvolvimento precisa ir além do crescimento econômico, respeitando os limites do planeta e garantindo equilíbrio entre as dimensões social, econômica e ambiental.

Nesse sentido, defendeu que a pauta ambiental deve

fazer parte da agenda permanente dos sindicatos, especialmente diante dos desafios impostos pelas transformações no mundo do trabalho.

Matéria completa: <https://fetiesc.org.br/2026/06/fetiesc-promove-1o-seminario-sobre-sustentabilidade-e-economia-solidaria-e-amplia-debate-sobre-meio-ambiente-do-trabalho/>

Fonte: FETIESC

Desemprego até maio cai para 5,6%, o menor já registrado no período

Rendimento médio do trabalhador foi de R\$ 3.726



© Frame Caminhos Da Reportagem/Tv Brasil

A taxa de desemprego no trimestre encerrado em maio ficou em 5,6%. O resultado é o menor para o período em toda a série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, iniciada em 2012.

A taxa representa também redução em relação ao trimestre móvel anterior (dezembro, janeiro e fevereiro), quando estava em 5,8%. Em 2025, o índice do trimestre encerrado em maio era 6,2%.

Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (26) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com o analista da pesquisa, William Kratochwill, atingir a mínima histórica para o período indica que “o mercado mantém uma tendência estrutural de aquecimento e expansão na absorção de mão de obra”.

O levantamento aponta que o país tinha 6,1 milhões de desocupados, patamar considerado estável em comparação ao trimestre móvel terminado em fevereiro (6,2 milhões) e diminuição de 9,3% em relação ao ano anterior, quando eram 6,7 milhões.

A população ocupada ficou em 102,7 milhões no trimestre terminado em maio, 0,5% acima do período terminado em fevereiro (mais 558 mil pessoas).



Brasília-DF, 29 de junho de 2026

Pnad

A pesquisa do IBGE apura o comportamento no mercado de trabalho para pessoas com 14 anos ou mais e leva em conta todas as formas de ocupação, sejam com ou sem carteira assinada, temporárias e por conta própria, por exemplo.

Pelos critérios do instituto, só é considerada desocupada a pessoa que efetivamente procurou uma vaga 30 dias antes da pesquisa. São visitados 211 mil domicílios em todos os estados e no Distrito Federal.

Rendimento

O rendimento médio mensal do trabalhador ficou em R\$ 3.726 no trimestre encerrado em maio, estável em relação ao trimestre móvel anterior (R\$ 3.756) e 4% acima do registrado no mesmo período do ano passado. Os valores são reais, ou seja, já levam em conta a inflação do período.

Informalidade

A taxa de informalidade - proporção de trabalhadores informais na população ocupada - foi de 37,3%, o que representa 38,3 milhões de trabalhadores. Um ano antes, o indicador era 37,8%. O IBGE considera informais os empregados sem carteira assinada e autônomos sem CNPJ, por exemplo. Essas pessoas não têm garantidas coberturas como seguro-desemprego, férias e décimo terceiro salário.

Contribuição para a previdência

A pesquisa revelou que 66,6% dos trabalhadores contribuíram para a previdência. Isso equivale a 68,4 milhões de pessoas.

Ao contribuir para institutos de previdência, o trabalhador adquire garantias, como aposentadoria, benefício por incapacidade e pensão por morte.

O IBGE considera contribuintes os empregados, empregadores, trabalhadores domésticos e por conta própria que tenham contribuído para institutos de previdência oficial federal (INSS ou Plano de Seguridade Social da União), estadual ou municipal.

O instituto esclarece que um trabalhador informal (por conta própria sem CNPJ) pode ser contribuinte individual do INSS.

Marcos históricos

O menor desemprego já registrado pela Pnad foi 5,1% no último trimestre de 2025. A maior taxa já constatada foi 14,9%, atingida em dois períodos: nos trimestres móveis encerrados em setembro de 2020 e em março de 2021, ambos durante a pandemia de covid-19.

Fonte: Agência Brasil

INFORME PUBLICITÁRIO

REDUÇÃO DA JORNADA E FIM DA ESCALA 6X1 SEM REDUÇÃO SALARIAL

É POSSÍVEL E NECESSÁRIO

Em 26 de maio de 2026 Centrais Sindicais, Confederações, Federações, Sindicatos e o movimento social celebraram a aprovação na Câmara dos Deputados, por 461 votos favoráveis e 19 contrários, da PEC que reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução salarial, e estabelece o fim da escala 6x1.

Essa vitória histórica para a classe trabalhadora brasileira, resultou de um processo de diálogo e negociação com os deputados e deputadas e como Governo Federal, sob a liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Presidente da Câmara dos Deputados Hugo Motta, que conferiram prioridade a essa pauta.

Agora é a vez do Senado Federal mostrar que também está do lado das trabalhadoras e dos trabalhadores!

Estamos confiantes de que o presidente do Senado Davi Alcolumbre terá a sensibilidade e a sabedoria necessárias para conduzir a aprovação definitiva desses direitos fundamentais.

A PEC assegura aos setores econômicos oportunidade e tempo para adaptação e transição, prevê a redução da jornada de forma compatível com as transformações do mundo do trabalho e fortalece a negociação coletiva para tratar da diversidade da realidade setorial.

São avanços que fortalecem o desenvolvimento nacional com soberania, inclusão social e valorização do trabalho.

A REDUÇÃO DA JORNADA GARANTIRÁ:

- ✓ SAÚDE
- ✓ FAMÍLIA
- ✓ FORMAÇÃO
- ✓ LAZER
- ✓ DESCANSO

A REDUÇÃO DA JORNADA:

- ✓ AUMENTA PRODUTIVIDADE
- ✓ INCENTIVA A INOVAÇÃO
- ✓ QUALIFICA O TEMPO DE TRABALHO
- ✓ REDUZ ACIDENTES E DOENÇAS OCUPACIONAIS
- ✓ GERA NOVOS EMPREGOS

A redução da jornada beneficia trabalhadores, empresas e o Brasil. Todos ganham!

SÉRGIO NOBRE presidente da CUT | MIGUEL TORRES presidente da Força Sindical | RICARDO PATAN presidente da UGT | ADILSON ARAUJO presidente da CTB | ANTONIO NETO presidente da CSB

SONIA ZERINO presidente da NCST | NILZA PEREIRA secretária-geral da Intersindical | JOSE GOZZE presidente da Pública | LUIZ ARRAES coordenador-nacional do FST

NCST NOVA CENTRAL

AGORA É NO SENADO!

A LUTA DA ESCALA 6X1 ESTÁ PARADA NO SENADO.

Menos exploração, mais vida!

Basta de 6X1! Queremos tempo pra viver!

Trabalhar sim, mas não adoecer!

POR UMA VIDA ALÉM DO TRABALHO!

DIREITOS DIGNIDADE RESPEITO

NÃO É NORMAL! 6X1 É EXAUSTIVO!

NOSSA VOZ, NOSSA FORÇA, NOSSA VEZ!

COBRE DOS SENADORES: APROVEM A REDUÇÃO DA JORNADA JÁ!